

## Partidos conservadores nos municípios paulistas: passado e presente (1982 – 2016)

Jean Lucas Macedo Fernandes<sup>1</sup>

### Resumo

Desde o retorno ao pluripartidarismo (1979), o desempenho eleitoral dos partidos conservadores sofreu grandes mudanças nos municípios paulistas. Para analisar esta parte do *continuum* ideológico, selecionamos cinco dos maiores representantes da direita partidária no Brasil. Quatro deles por possuírem trajetória em nosso sistema partidário desde a redemocratização (PTB, DEM, PP e PR) e um deles por ter entre seus quadros lideranças oriundas dessas agremiações (PSD). O objetivo do trabalho é investigar as bases sociais e eleitorais que têm acolhido esses partidos em São Paulo, entre 1982 e 2016. Diversas transformações tem caracterizado a arena eleitoral paulista, a começar pelo crescimento da competição e do número efetivo de partidos. Em meio a este cenário, duas hipóteses foram elaboradas: por um lado, acredita-se que a relação entre as votações dos partidos conservadores é diretamente proporcional à capacidade que possuem para disputar os pleitos locais. Já a segunda hipótese defende que o contexto socioeconômico mais favorável às votações desses partidos é aquele predominantemente rural, com baixos indicadores sociais. Através de análise longitudinal das eleições locais para prefeito e vereador, e trabalhando tanto com o momento pré-eleição (lançamento de candidatos) quanto após o fechamento dos pleitos (cadeiras conquistadas e votações), concluiu-se que os partidos conservadores tem diminuído sua capacidade de organização para liderarem os pleitos - afetando diretamente seus resultados eleitorais. Em relação ao contexto em que se inserem, há dois momentos distintos: um entre 1982 e 1996, onde as votações estão diretamente relacionadas ao ambiente socioeconômico tradicionalmente associado ao voto conservador; e outra fase após 1996, quando as preferências político-partidárias não se encontram mais tão enraizadas em contextos específicos.

**Palavras-chave:** partidos conservadores; eleições municipais; São Paulo

### 1) Partidos conservadores e o caso de São Paulo

O objetivo central do artigo é compreender o processo de declínio eleitoral dos partidos conservadores em São Paulo. Os focos específicos para tratarmos deste assunto serão três, entre 1982 e 2016: o desempenho eleitoral das agremiações nos pleitos municipais para os cargos de prefeito e vereador; a capacidade de organização dos partidos para disputar essas eleições e a substituição de suas bases sociais<sup>2</sup> por outras legendas.

As legendas de direita são múltiplas em suas formas de atuação e foram mudando suas características definidoras, sobretudo a partir dos anos 1990 (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000). Há uma transformação na principal definição dos conteúdos da direita e da esquerda no Brasil, ao longo das últimas décadas: passa-se “de uma dimensão mais propriamente histórica (apoio/oposição ao regime militar) para uma dimensão econômica (desregulamentação/privatização)” (Madeira e Tarouco, 2010, p. 7).

---

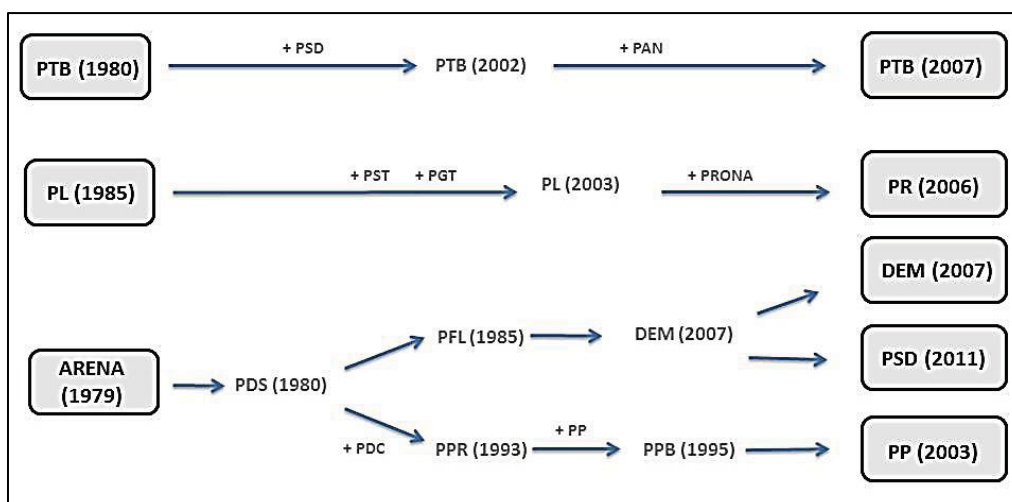
<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jeanlucasmf@gmail.com . Este *paper* tem por base minha pesquisa de Mestrado, defendida pela mesma instituição e intitulada “Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016)”, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rachel Meneguello.

<sup>2</sup> Bases sociais são entendidas como uma série de diferenciadores que informa as características do voto nos partidos. Elementos do perfil do eleitorado (região de origem, porte municipal, faixa etária, renda, escolaridade e posicionamento em relação a temas) são os principais meios de se definir essas bases (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

Nesse sentido, os referenciais de ideologia são necessários para a análise dos partidos. Carreirão (2014) aponta a permanência da ideologia enquanto um fator relevante na estruturação tanto do sistema partidário brasileiro quanto da percepção da política pelo eleitorado. A diferenciação entre os partidos na díade esquerda-direita possibilita, então, organizar os seus posicionamentos no interior do campo político. Power e Zucco Jr. (2011) procuram justamente observar essas transformações na posição das legendas. A conclusão é que há relativa estabilidade entre os partidos e seus respectivos lugares da esquerda à direita. Através dessas medidas, é possível balizar a ação dos partidos, seus posicionamentos sobre temas diversos, e identificar suas diferentes agendas políticas propostas ao eleitorado<sup>3</sup> (Madeira e Tarouco, 2010).

Assim, pretendemos explicar o funcionamento de um lado específico deste *continuum* – a direita partidária. Observaremos as dinâmicas de cinco partidos: Democratas (PFL/DEM), Partido Progressista (PDS/PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da República (PL/PR) e Partido Social Democrático (PSD) – agremiações com trajetórias relativamente longas no sistema partidário. Todos pertencem à mesma “família partidária”, originada durante o regime militar. A herança do autoritarismo é a principal característica que une este grupo. Se não são partidos que vieram originalmente da ARENA (PL/PR, PSD e PTB), ao menos se associaram a políticos arenistas já nos anos 1980 ou derivaram de matrizes políticas semelhantes, aproximando-os em suas trajetórias (Kinzo, 1988). Tal herança autoritária, ainda que negada pelos partidos (Madeira e Tarouco, 2010), se associou a um discurso conservador no aspecto moral e liberal na economia. O Quadro 1 ilustra a evolução desses partidos.

**Quadro 1. Evolução dos Partidos Conservadores (1979-2016): fusões, separações e siglas**



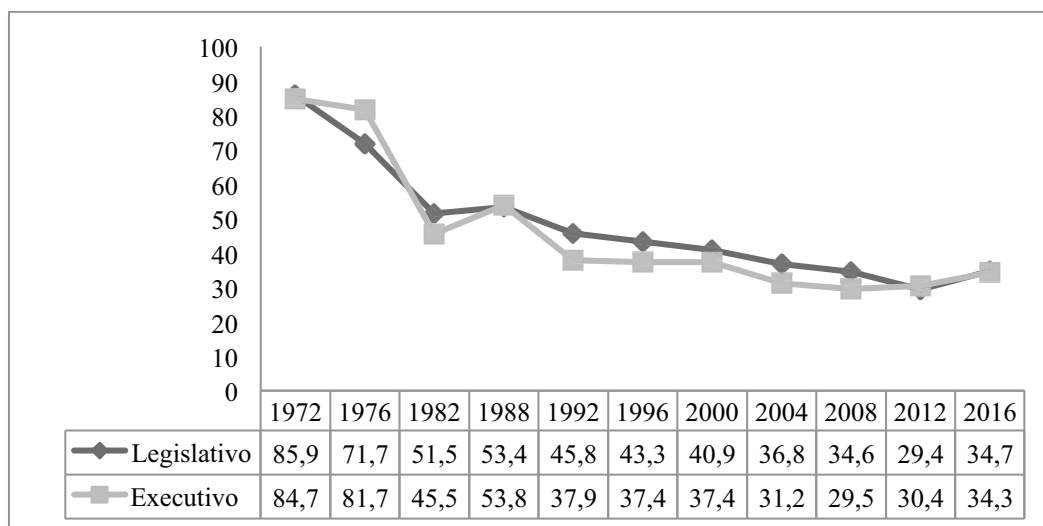
**Fontes:** Elaboração própria a partir de Kinzo (1993), Mainwaring, Meneguello e Power (2000).

<sup>3</sup> Revisões e considerações mais detalhadas acerca dos significados da direita partidária no Brasil podem ser encontradas em Souza (1992), Mainwaring, Meneguello e Power (2000), Montero (2010), Power e Zucco Jr. (2011), Codato Bolognesi e Roeder (2015) e Fernandes (2017).

O PDS/PP foi o *locus* de atuação do malufismo, um dos eixos da política paulista até início dos anos 2000, através da figura de Paulo Maluf (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). O PFL/DEM, mesmo não se constituindo enquanto força política de destaque no estado, é um ator importante por ser o principal apoiador do PSDB nas coalizões do governo estadual, ao longo do tempo (Sandes-Freitas, 2015). Já PTB e PSD vêm demonstrando sinais de crescimento organizacional e eleitoral pelos municípios paulistas, nos últimos pleitos (Fernandes, 2017). O PL/PR, por fim, passou a se destacar no cenário político quando integrou a chapa vencedora das eleições presidenciais de 2002 com Lula (PT), ocupando a vice-presidência com o empresário José Alencar.

É em meio a esses atores, junto às crescentes disputas entre partidos historicamente constituídos no estado – tanto conservadores quanto outros – que as eleições vêm acontecendo em São Paulo. Alguns dados referentes à trajetória eleitoral dos conservadores foram levantados, evidenciando estes processos. O Gráfico 1 mostra a evolução nos desempenhos desses partidos em São Paulo: em 1972 e 1976, enquanto ARENA, e após 1982, levando em consideração as cinco agremiações selecionadas. A hegemonia arenista era nítida em 1972, quando o partido conquistou mais de 80% das vagas, no Executivo e no Legislativo. Já em 1976, o predomínio arenista ainda era significativo, mas já apontando para algumas mudanças – principalmente nas Câmaras municipais.

**Gráfico 1. Vagas obtidas pelos partidos conservadores nos Legislativos e Executivos dos municípios paulistas (%) (1972-2016)**



**Fontes:** Elaboração própria a partir de Araújo (1979, p. 468), TSE, TRE-SP e Fundação SEADE.

Nos dois primeiros pleitos após o retorno do pluripartidarismo (1982 e 1988)<sup>4</sup>, os cinco partidos, liderados pelo PDS, concentraram mais de 50% das cadeiras do Legislativo. A partir dos

<sup>4</sup> Seis municípios não tiveram eleições em 1982: a capital e Paulínia, Castilho, São Sebastião, Cubatão e Santos, considerados áreas de segurança nacional.

anos 1990, observa-se queda em suas vitórias; porém, voltando a crescer em 2016 (34,7%). Os dados para o Executivo mostram uma tendência semelhante, também com pico em 1988, seguido de declínio constante até 2008, chegando a 2016 com cerca de 34% dos prefeitos eleitos. Grande parte deste impulso se deu ao PSD, que conquistou quase 10% das prefeituras.

No geral, as eleições municipais no estado mostram que os partidos conservadores vêm perdendo espaço ao longo dos anos, fruto das alterações nos padrões de votação e na dinâmica política-eleitoral do estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

Poucos trabalhos têm se concentrado na apreensão da lógica de atuação dos partidos no nível subnacional, o que é ainda mais raro no caso das agremiações conservadoras. As organizações nos níveis estaduais possuem força considerável, trazendo lógicas distintas para as competições entre os estados. Nesse sentido, o estudo do desempenho e organização dos partidos políticos no nível subnacional possibilita maiores esclarecimentos acerca de suas estratégias de funcionamento, que são específicas e atreladas às conjunturas em que se inserem. O entendimento acerca da política brasileira passa, em grande medida, por levar em consideração as características regionais.

Após o retorno ao pluripartidarismo em 1979 (Lei nº 6767/79), o caso paulista se torna elucidativo da representação político-partidária brasileira, na medida em que todos os atuais partidos brasileiros possuem bases organizativas no estado. Neste contexto, os partidos conservadores atuam em um cenário político pluralizado e complexo, sejam como protagonistas nas eleições ou como partes de coligações e de composições de governos. Interação com legendas de organizações e estratégias distintas, e que ocupam posicionamentos variados no espectro ideológico, em um contexto de alta competitividade eleitoral (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

Além disso, São Paulo oferece um terreno social bastante heterogêneo, fruto de fenômenos importantes como a imigração estrangeira e a migração de brasileiros de outros estados, e os intensos processos de desenvolvimento econômico, industrial e urbano. A política paulista reflete processos políticos presentes na sociedade brasileira. Estudar as bases sociais das agremiações conservadoras em São Paulo nos permite, portanto, compreender melhor a atuação partidária em cenários complexos e multifacetados. O contexto paulista passou por processos intensos de urbanização e industrialização, que alteraram as relações de trabalho, redefiniram o perfil populacional e da economia (Moreira e Melazzo, 2015) e que, por fim, repercutiram consideravelmente na política (Kerbaux, 2000; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

A heterogeneidade socioeconômica de São Paulo produz realidades distintas, desenhando um cenário complexo. Os dados da Tabela 1 ilustram este ponto, ao observarmos as disparidades entre os perfis socioeconômicos das regiões administrativas<sup>5</sup>. Há diversos contextos entre as

---

<sup>5</sup> As porcentagens obtidas são as médias dos municípios que compõem cada região administrativa do estado.

regiões, com taxas relativamente diferentes de analfabetismo, características da população economicamente ativa e urbanização, entre todas elas. Desde os anos 1980, regiões como Santos, São Paulo e Ribeirão Preto tem se mantido como as mais urbanizadas, ao passo que Barretos, Campinas e a região Central vem apresentando grandes avanços na mesma direção. Já regiões como Registro, Presidente Prudente e São José do Rio Preto são as menos urbanizadas, e apresentam as maiores taxas de população empregada nas atividades agrícolas.

Tal cenário diverso se reflete, também, na política. A partir da abertura democrática e, especificamente após as eleições de 1986, os padrões de votação começaram a se diferir das tendências que até então predominavam no estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). A organização da política nacional em torno de PT e PSDB, a partir de 1994, e a estruturação das preferências em torno dos (poucos) partidos organizados<sup>6</sup> são os dois eixos que, para Meneguello e Bizzarro Neto (2012), foram os responsáveis pela nova estruturação do sistema partidário paulista. Ocorre uma replicação forte da disputa PT-PSDB do plano nacional (Sandes-Freitas, 2015). Além disso, o sistema partidário é caracterizado como multipartidário, pluralista, moderado e polarizado, com relativa estabilidade eleitoral entre os blocos ideológicos (Ferreira, Batista e Stabile, 2008).

**Tabela 1. Perfil socioeconômico das Regiões Administrativas de São Paulo (%) (1980 e 2010)**

| Região Adm.          | 1980      |                    |          |          |           | 2010      |             |          |          |           |
|----------------------|-----------|--------------------|----------|----------|-----------|-----------|-------------|----------|----------|-----------|
|                      | Pop. Urb. | Taxa Analf. (1991) | PEA Agr. | PEA Ind. | PEA Serv. | Pop. Urb. | Taxa Analf. | PEA Agr. | PEA Ind. | PEA Serv. |
| Santos               | 98,23     | 11,35              | 4,52     | 32,28    | 63,21     | 99,51     | 7,37        | 0,53     | 7,82     | 91,64     |
| São Paulo            | 87,18     | 12,89              | 5,93     | 48,28    | 43,16     | 95,63     | 8,13        | 2,53     | 29,52    | 68,07     |
| Ribeirão Preto       | 74,84     | 14,13              | 44,47    | 23,54    | 31,98     | 90,8      | 9,78        | 16,38    | 28,3     | 55,33     |
| Barretos             | 69,84     | 16,03              | 51,97    | 12,88    | 35,3      | 91,3      | 10,7        | 31,87    | 18,22    | 49,91     |
| Campinas             | 68,99     | 13,55              | 32,06    | 33,9     | 34,62     | 86,96     | 8,74        | 12,2     | 34,48    | 53,32     |
| Central              | 68,77     | 15,6               | 43,12    | 26,31    | 30,58     | 90,88     | 10,71       | 20,27    | 26,38    | 53,35     |
| Franca               | 66,83     | 15,36              | 51,24    | 17,64    | 31,12     | 88,6      | 10,53       | 23,41    | 26,39    | 50,2      |
| São José dos Campos  | 65,79     | 15,76              | 30,6     | 27,5     | 41,91     | 78,88     | 10,11       | 10,07    | 18,29    | 71,64     |
| Bauru                | 60,05     | 16,31              | 51,62    | 17,55    | 30,83     | 85,58     | 10,89       | 26,88    | 26,95    | 46,86     |
| Araçatuba            | 59,21     | 18,27              | 55,32    | 15,73    | 28,95     | 84,11     | 12,68       | 19,68    | 25,4     | 55,5      |
| Sorocaba             | 54,64     | 16,57              | 48,2     | 20,36    | 31,43     | 73,31     | 11,3        | 20,18    | 24,17    | 56,56     |
| Marília              | 54,12     | 18,45              | 59,9     | 12,3     | 27,8      | 84,74     | 12,34       | 28,94    | 20,23    | 50,83     |
| S. José do Rio Preto | 53,31     | 18,36              | 60,61    | 12,15    | 27,24     | 84,05     | 13,18       | 22,04    | 20,89    | 57,51     |
| Presidente Prudente  | 53,27     | 19,62              | 58,97    | 11,76    | 29,27     | 81,76     | 14,06       | 16,7     | 18,04    | 65,6      |
| Registro             | 49,02     | 19,84              | 48,27    | 16,64    | 36,09     | 67,67     | 12,57       | 22,49    | 7,49     | 71,63     |

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados dos Censos demográficos de 1980 e 2010. Os dados obtidos para a Taxa de Analfabetismo, na terceira coluna, se referem ao Censo de 1991.

<sup>6</sup> Seriam eles: PT, PSDB, PMDB e PDS/PP (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012).

Tendo essas características acima como os principais traços do sistema partidário de São Paulo, os dados analisados por Meneguello e Bizzarro Neto (2012) sugerem que a política paulista se estabelece em territórios específicos, com alta competitividade. A clivagem urbano-rural se transformou em uma dinâmica baseada na distribuição entre centro e periferia, colocando os votos dos partidos governistas e dos partidos conservadores nas regiões mais distantes da capital. Já nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Santos (ambas altamente urbanizadas e industrializadas), há uma maior presença dos votos de oposição e, sobretudo, do PT.

A conexão das disputas locais com as nacionais, através do processo de nacionalização dos partidos (Braga, 2006), se deu em São Paulo por dois motivos. De acordo com Sandes-Freitas (2015), as quedas do quercismo (PMDB) e do malufismo (PDS/PP) foram fundamentais para a consolidação da presidencialização da competição eleitoral no estado. Por outro lado, a ascensão do PSDB como principal ator da política local, sobretudo a partir de 1996, foi um fator que impulsionou sua organização e o grau de influência que passou a obter, rivalizando diretamente com o PT. Assim, a política paulista adquire papel fundamental dentro da dinâmica do sistema partidário brasileiro, visto que abriga bases de todos os partidos, com estrutura de competição bastante intensa e associada ao plano nacional. A dimensão política torna São Paulo um importante estudo de caso – pois ao compreendermos o *modus operandi* de seu jogo político, estamos também fazendo um exercício de reflexão sobre possíveis efeitos no próprio sistema político brasileiro.

Duas hipóteses serão testadas neste trabalho. A primeira está relacionada a variáveis organizacionais. O argumento é o de que a organização partidária<sup>7</sup> é um fator fundamental para o sucesso eleitoral dos partidos. Seguindo as teses de Soares (1988) e de Braga e Pimentel Jr. (2013), que atribuem influência da organização dos partidos sobre suas votações, a hipótese é que, com maior nível de organização local, os partidos conservadores teriam mais chances de vencer os pleitos. Em regiões onde a organização é inexistente, o sucesso eleitoral tem menos chances de ocorrer. A investigação, aqui, procura entender o processo de declínio dos partidos conservadores em São Paulo, ao mesmo tempo em que agremiações como o PSDB ampliam seus espaços.

A segunda hipótese se refere à dimensão contextual da política, inspirada em Soares (1973; 1988) e Avelar e Walter (2008). Acreditamos que há relação entre os desempenhos eleitorais desses partidos com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Ou seja, os melhores desempenhos eleitorais dos partidos conservadores, em eleições municipais paulistas, ocorrem nas cidades com os piores índices socioeconômicos – por exemplo, elevada taxa de analfabetismo. Consequentemente, os piores desempenhos se observariam nos municípios com melhores índices socioeconômicos. Procura-se, pois, testar se a correlação entre índices socioeconômicos e

---

<sup>7</sup> Neste trabalho, entende-se a organização partidária a partir do lançamento de candidaturas.

desempenho eleitoral (Avelar e Walter, 2008) se aplicaria às eleições municipais. Assim, será possível observar qual perfil de município acolhe as principais bases eleitoras para esses partidos. Esta hipótese argumenta, também, que o espaço político dos conservadores vem sendo ocupado (desde os anos 1990) pelo PSDB. Isso se deve principalmente pelo seu discurso de modernização pela via neoliberal e pela alta capacidade organizacional que o partido possui em São Paulo.

O *paper* se encontra estruturado em três partes, além desta introdução. A seguir, é testada a hipótese que relaciona o contexto socioeconômico paulista com as votações obtidas pelos partidos conservadores. Na sequência, trabalharemos com a hipótese acerca das variáveis organizacionais, investigando a capacidade desses partidos de disputarem as eleições locais. Por fim, uma conclusão sintetiza os achados da pesquisa em relação ao contexto paulista, trazendo questões que se articulam ao debate nacional em torno dos partidos e das eleições em nível local no Brasil.

## **2) A política paulista sob os eixos organizacional e contextual**

O objetivo da seção é testar as hipóteses referentes ao ambiente político em São Paulo. Para isso, duas dimensões são analisadas separadamente: 1) o aspecto organizacional – pensando, especificamente, na habilidade dos partidos conservadores de lançarem candidatos e, assim, se inserirem na competição eleitoral; 2) o eixo contextual, procurando apontar as relações do ambiente socioeconômico e político do estado com os desempenhos partidários. Serão utilizados dados de População Economicamente Ativa (PEA - Industrial e Agrícola), taxas de população urbana e de analfabetismo. Sobre a competição política, utilizaremos o Número Efetivo de Partidos (NEP), votações e taxas de sucesso nas eleições.

### **2.1) A dimensão organizacional dos partidos conservadores em São Paulo**

Um dado importante que nos mostra a “presença organizacional” dos partidos pelo território é o lançamento de candidatos nas eleições, que nos informa sobre a real capacidade de mobilização e atuação dos partidos nos municípios. Trabalhos com o de Vasquez (2016) argumentam nesse sentido, ao abordar o grau de nacionalização da oferta eleitoral dos partidos. Já Dantas (2013) demonstra que os partidos vêm ampliando suas capilaridades locais, nas eleições para prefeito – seja na forma de “cabeça de chapa” ou apoiando alguma coligação.

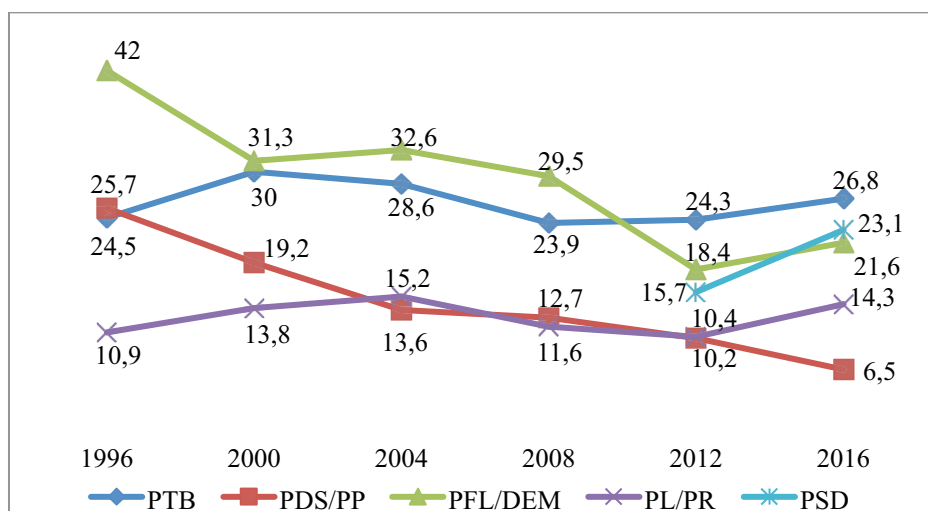
Ao analisarmos, especificamente, as candidaturas em que os partidos conservadores foram “cabeça de chapa”, poderemos apontar, com maior precisão, a maneira como eles tem se inserido nos municípios paulistas e na competição eleitoral. Trabalharemos, aqui, com as eleições para as prefeituras – na medida em que são eleições mais competitivas e que, portanto, demandam das agremiações maiores articulações e mobilizações.



O Gráfico 2 mostra que, desde 1996<sup>8</sup>, os dois principais partidos de direita vêm apresentando candidatos em uma quantidade menor de municípios. A média geral passou de 25,7% (1996) de candidatos lançados para 18,4%, em 2016. Por um lado, o PFL/DEM chega a 2016 lançando candidaturas em cerca de metade das cidades (21,6%), em relação a 1996 (quando tinha representação em 42%, maior taxa para a série histórica). Dantas (2013) já havia identificado este declínio do partido, ao mesmo tempo em que este ampliou em 97% a sua média de participação apenas em coligações, entre 2000 e 2012, segundo o autor.

Por outro lado, o PDS/PP deixou de lançar candidatos em 25,7% dos municípios (1996), reduzindo a competição pelas prefeituras como “cabeça de chapa” para apenas 6,5% das cidades em 2016. Estes dados reforçam os argumentos trazidos anteriormente, que afirmavam o declínio de ambas as agremiações no estado – seja pela perda de espaço do malufismo (no caso do PDS/PP) ou pelas sucessivas crises internas do PFL/DEM, que levaram inclusive à cisão que originou o PSD, em 2011. Além disso, a ampliação da oferta partidária também contribuiu para este quadro.

**Gráfico 2. Municípios paulistas em que os partidos conservadores lançaram candidatos às prefeituras (%)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir do TSE.

Os demais partidos possuem taxas de candidatura relativamente estáveis ao longo do tempo. O PTB vem apresentando candidatos em uma média de 26% dos municípios, desde 1996, ao passo que PL/PR se estabelece em torno de 12%. Já o PSD, recém-inserido na competição eleitoral a partir de uma divisão no DEM, ampliou a presença nas eleições locais – saltando de 15,7% (2012) para 23,1% (2016) dos municípios em que liderou as disputas para prefeito. Assim, o partido se

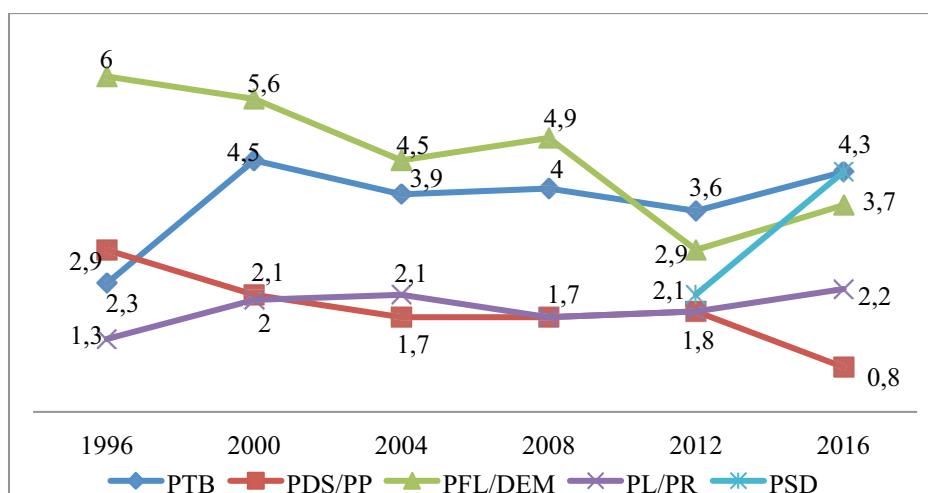
<sup>8</sup> Não foi possível obter os dados anteriores a 1996. Agradeço ao colega Vitor Vasquez, doutorando em Ciência Política (IFCH/UNICAMP), por disponibilizar o banco de dados sistematizado.



tornou a segunda maior força político-partidária no estado, dentro do grupo aqui selecionado. O PTB segue sendo o partido que apresenta maior capacidade de inserção nos pleitos.

Ao olharmos para o sucesso obtido nas eleições, o quadro se mostra semelhante, refletindo os padrões de organização apresentados acima. Para o Gráfico 3, foram calculadas as taxas de sucesso eleitoral dos partidos: ou seja, a porcentagem de vitórias conseguidas<sup>9</sup>. Os dados revelam que, entre 1996 e 2016, os partidos conservadores ampliaram o número de prefeituras conquistadas, o que se principalmente ao PSD, que praticamente dobrou o número de prefeituras obtidas (de 33, em 2012, para 61, em 2016). A principal queda registrada foi, novamente, a de PDS/PP, que diminuiu de 51 para 11 o número de vitórias nas majoritárias. Partido responsável por estruturar a competição estadual entre os anos 1980 e 1990, devido o PDS/PP praticamente desapareceu nas últimas eleições municipais em São Paulo, revelando uma transformação significativa na dinâmica do partido e impondo grandes desafios de sobrevivência a sua organização.

**Gráfico 3. Taxa de sucesso eleitoral dos partidos conservadores nas disputas pelas prefeituras paulistas (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

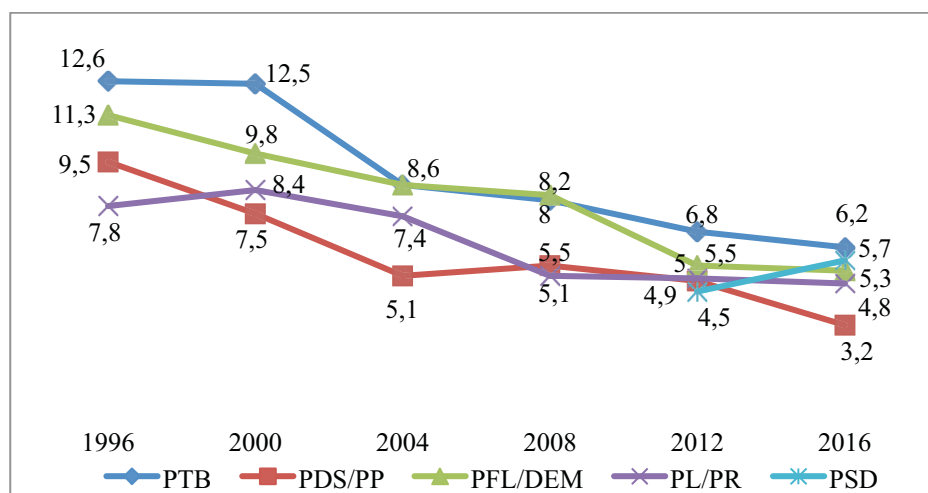
Ao compararmos essas taxas de sucesso eleitoral com as taxas de lançamento de candidaturas (Gráfico 2), o quadro que surge é o de diminuição da capilaridade de alguns partidos conservadores no estado – ou, pelo menos, da capacidade de liderarem as disputas locais. Contudo, este “enxugamento” da presença local não significou, necessariamente, uma queda geral nas vitórias obtidas nas prefeituras. Há uma diversidade de tendências entre os partidos, dentro deste bloco ideológico. PTB e PL/PR seguem apresentando certa estabilidade em seus desempenhos. O PFL/DEM voltou a crescer em 2016, sinalizando uma recuperação na queda que ocorria desde

<sup>9</sup> Para o cálculo das taxas de sucesso eleitoral, dividiu-se o total de eleitos em cada um desses partidos pelo total de candidatos que esses dez partidos selecionados lançaram. Assim, foi possível observar qual a participação de cada agremiação no resultado final dos pleitos, dentro do universo de candidatos que elas apresentaram.

2008. Já o PSD se destaca como a agremiação mais bem sucedida nas últimas eleições, ao passo que PDS/PP continua sua trajetória de declínio eleitoral e político em São Paulo, como vem acontecendo desde o início dos anos 2000.

O cenário que tem se desenhado no Legislativo local é mais homogêneo, como mostra o Gráfico 4. Todos os partidos, entre 1996 e 2012, diminuíram a quantidade de candidaturas lançadas. Se em 1996, essas legendas respondiam por 41,2% dos candidatos, em 2016 elas representaram 25,2%. A exceção coube ao PSD que, seguindo o mesmo padrão das eleições para o Executivo, ampliou sua capacidade de organização para disputar os pleitos locais. Isso demonstra que o partido tem conseguido se organizar em nível local para ambos os cargos em disputa, contribuindo para o sucesso do partido, dentre as legendas à direita.

**Gráfico 4. Candidatos lançados às câmaras municipais paulistas pelos partidos conservadores (%)**

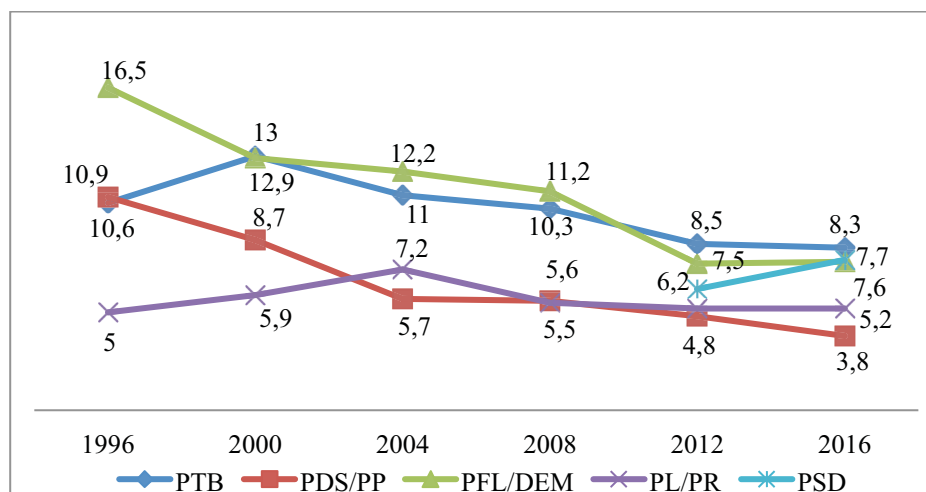


Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Seguindo um padrão semelhante ao das candidaturas, as vitórias eleitorais obtidas pelos partidos conservadores também tem diminuído ao longo do tempo. PSD e PTB são as legendas que conseguiram alcançar os maiores resultados em 2016, como aponta o Gráfico 5. Para a sua elaboração, foram calculadas as porcentagens de cadeiras obtidas por cada partido, dentro do total de vagas disponibilizadas pelo pleito. Não foi feito um cálculo de “sucesso eleitoral”, como nas eleições para prefeito, por conta do elevado número de candidatos e do princípio proporcional que rege as eleições legislativas municipais – o que dificultaria controlar o peso do “sucesso eleitoral”.

Os dados mostram que DEM e PP apresentaram trajetória declinante, assim como nas eleições executivas, ao passo que o PR seguiu com relativa estabilidade – sobretudo a partir de 2008. Já PSD e PTB conseguiram obter os melhores resultados, contribuindo para o destaque de ambos dentre as legendas de direita nas câmaras municipais paulistas.

**Gráfico 5. Cadeiras obtidas pelos conservadores nas disputas das câmaras municipais paulistas (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

Como demonstrou Fernandes (2017), este cenário de diminuição da capilaridade dos partidos, no que concerne ao lançamento de candidatos, não é um fenômeno exclusivo da direita. Ao comparar com os partidos “grandes” de outros pontos do espectro ideológico – PT, PDT e PSB, na esquerda, e PSDB e PMDB, no centro<sup>10</sup> – o autor mostrou que estas legendas também vêm apresentando números cada vez menores de candidatos. As taxas de sucesso eleitoral e de cadeiras conquistadas nas câmaras também têm sido mais baixas para esses partidos. Cabe destacar, no entanto, que PSDB e PMDB seguem sendo os partidos com a maior proporção de vitórias nos municípios, traduzindo o enraizamento de ambos no território paulista (Sadek, 1989; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Kerbauy e Assumpção, 2012; Bizzarro Neto, 2013; Sandes-Freitas, 2015). Diante dessas considerações, pode-se dizer que, sinteticamente, a literatura e este trabalho consideram como as “grandes” legendas de nosso sistema partidário um total de dez partidos: PTB, PSD, DEM, PP, PR, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT.

O crescimento da fragmentação partidária e da competição no território paulista, como apontaram Meneguello e Bizzarro Neto (2012), é uma explicação possível para este cenário de queda das grandes legendas no estado. Um dado que nos permite relacionar a organização dos partidos com este fenômeno da fragmentação do sistema é o de lançamento de candidatos pelas demais legendas<sup>11</sup>, independentemente de seus tamanhos. Muitas delas surgiram durante o *boom* na criação de partidos, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Ferreira, Batista e Stabile, 2008) e têm contribuído para a elevação da fragmentação partidária nas eleições locais no Brasil (Krause

<sup>10</sup> A escolha desses partidos como os “grandes”, e de outros pontos do espectro ideológico, obedeceu às classificações e critérios da literatura recente (Power e Zucco, 2011; Krause *et. al.*, 2016; Lavareda *et. al.*, 2016; Kerbauy, 2016).

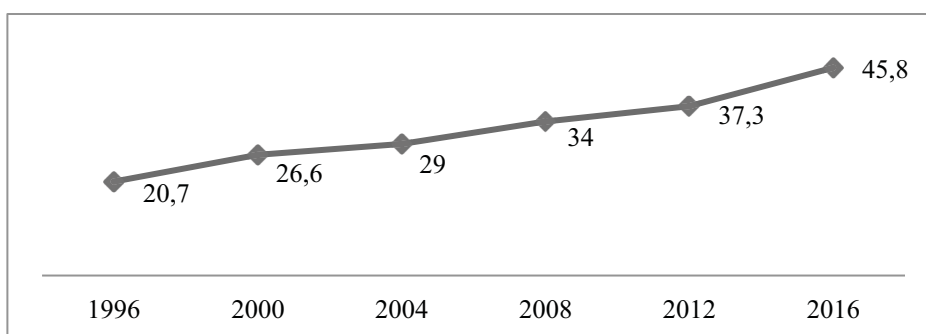
<sup>11</sup> Para os fins deste trabalho, as “demais legendas” serão consideradas aquelas que não estão entre as principais de cada bloco ideológico. Assim, incluiremos todos os partidos, à exceção dos conservadores aqui selecionados e de PT, PSB, PDT, PMDB e PSDB.

et. al, 2016). Sabemos que há diferenças entre o posicionamento ideológico das legendas, sobretudo as pequenas (Dantas e Praça, 2010; Babireski, 2016).

Contudo, o que se pretende aqui é apenas apontar para o crescimento da presença dessas agremiações nas competições locais, como forma de demonstrar que o terreno paulista é capaz de acolher partidos das mais diferentes matrizes ideológicas e com tamanhos diferentes, contribuindo para a ampliação de um cenário desafiador e complexo para os partidos conservadores. Como forma de ilustrar essas transformações, optamos por trabalhar com os dados das eleições para vereador – dado que a fragmentação é maior e, conseqüentemente, as disputas se dão em um campo mais pluralizado e heterogêneo. Além disso, as eleições para as câmaras municipais tem tido um peso cada vez maior nos padrões de votação e no desempenho eleitoral partidário, passando a integrar as estratégias eleitorais dos partidos para as eleições subsequentes (Kerbaux, 2016, p. 95).

A ampliação da participação das pequenas legendas nas eleições locais já havia sido identificada por Krause *et. al.* (2016). Para Kerbaux (2016), o aumento das cadeiras no Legislativo local a partir de 2012 beneficiou os pequenos partidos, pois tiveram maior quantidade de votos e de participação nas coligações. Em São Paulo, esse fenômeno é perceptível. Ao olharmos para os dados de lançamento de candidatos (Gráfico 6), torna-se evidente que as demais legendas tem conquistado maior capacidade de organização para disputar os pleitos<sup>12</sup>. Entre 1996 e 2016, elas dobraram sua participação no lançamento de candidatos a vereador. Na última rodada eleitoral, quase metade das candidaturas não pertencia às principais legendas, mas sim aos novos e aos pequenos partidos. Ou seja, 25 agremiações concentraram quase metade dos candidatos, tornando evidente a fragmentação das eleições proporcionais. A criação de organizações partidárias como PROS, SD e REDE, assim como o fortalecimento de pequenos partidos conservadores como PSC e PRB, ajudam a explicar o salto significativo que ocorreu entre 2012 e 2016.

**Gráfico 6. Porcentagem de candidatos lançados pelos novos e pequenos partidos nas eleições para as câmaras de vereadores nos municípios paulistas (1996-2016)**



**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados do TSE.

<sup>12</sup> Estão incluídas todas as legendas, à exceção dos partidos conservadores e de PT, PMDB, PSDB, PDT e PSB.

Uma conclusão geral a respeito da relação entre organização local e desempenho eleitoral nos municípios paulistas sugere que os partidos conservadores vem diminuindo sua capilaridade no estado, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. Isso vale especialmente para legendas tradicionais como PP (com crise acentuada e constante) e DEM (que conseguiu ampliar suas vitórias em 2016). Em um contexto de elevação da competição no estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012), os dados sugerem que o PP tem encontrado dificuldades em se manter viável nas disputas locais. Porém, esta retração no lançamento de candidaturas não é unânime no bloco conservador. PTB e PR seguem estáveis, sobretudo no Executivo - tanto nas disputas quanto nas vitórias obtidas; ao passo que o PSD se apresenta como uma nova porta de entrada para lideranças que queiram trocar de legenda, sobretudo após sua fundação em um contexto de separação do DEM, em 2011. O PSD tem se apresentado como um partido capaz de se ampliar sua organização para disputar nos municípios paulistas tanto os pleitos majoritários quanto os proporcionais.

A ocupação por outras legendas do espectro ideológico, no terreno político paulista, é uma explicação possível para os desafios que vem enfrentando os partidos conservadores. Isso é válido especialmente para o PSDB e o PMDB, que mesmo diminuindo suas presenças nas eleições locais, ainda são os partidos que mais se destacam no cenário (Fernandes, 2017). Além disso, o crescimento das pequenas e novas legendas também contribui para o quadro.

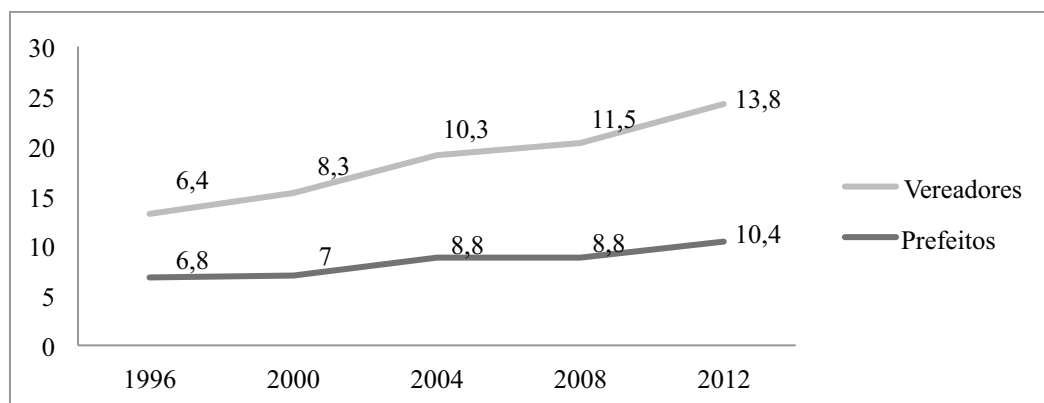
É nos anos 1990 que grandes mudanças acontecem nas competições políticas. No plano nacional, houve diminuição na criação de novos partidos, produzindo certa estabilidade na oferta partidária (Braga, 2006; Ferreira, Batista e Stabile, 2008). É a partir de meados dos anos 1990, também, que o sistema partidário brasileiro começa a se estruturar (Braga, 2006; Fleischer, 2007). No entanto, esta estabilização e estruturação se deram mediante um número elevado de partidos. Como apontam Krause et. al. (2016), a média nacional de partidos que participaram das eleições locais, de 1982 até 2012, fica em torno de 26,7. O Gráfico 7 ilustra a evolução deste cenário.

Juntamente ao quadro de ampliação da oferta partidária, Krause et. al. (2016) identificam uma elevação da fragmentação nas eleições locais (Gráfico 7). Isso se deu principalmente devido ao avanço dos pequenos partidos, que levaram a uma queda na representação dos grandes partidos<sup>13</sup>. No caso da direita, o surgimento do PSD é atribuído como a principal causa do decréscimo dos partidos conservadores: “a criação do PSD fez parte de um processo de acomodação da elite política no interior dos campos de centro e, especialmente, de direita, potencializando um processo de fragmentação que já se desenhava anteriormente” (Krause et. al., 2016, p. 77). Assim, a entrada do PSD evidenciou um processo de declínio dos conservadores (sobretudo DEM e PP) que já estava ocorrendo desde os anos 2000.

---

<sup>13</sup> Para Krause et. al (2016), os grandes partidos são: PTB, PDT, PSB, DEM, PR, PP, PSD, PSDB, PMDB e PT.

**Gráfico 7. NEP nas eleições locais do Brasil (1996-2012)**



Fontes: Krause et. al. (2016).

Este aumento na fragmentação partidária segue o processo de elevação, também, da competição eleitoral (Braga, 2006; Braga e Kinzo, 2007; Peixoto e Goulart, 2014). No caso das eleições municipais, Vasquez (2016) identifica que a conquista da grande maioria das prefeituras brasileiras se dá por meio de eleições, de fato, competitivas. Já Kerbauy (2016) mostra que as vagas nas câmaras de vereadores também têm sido cada vez mais disputadas, diante do aumento na fragmentação. Em ambos os pleitos, as transformações tem seguido padrões semelhantes aos das demais eleições brasileiras: concentração de forças nas eleições majoritárias e fragmentação partidária nas eleições proporcionais (Braga e Kinzo, 2007). Em relação às proporcionais, Peixoto e Goulart (2014, p. 62) argumentam que o número efetivo de partidos (NEP) tem crescido nos municípios, “em decorrência não somente de uma fragmentação das forças eleitorais já existentes, mas, sobretudo, pela introdução de novos atores na competição dos sistemas locais”.

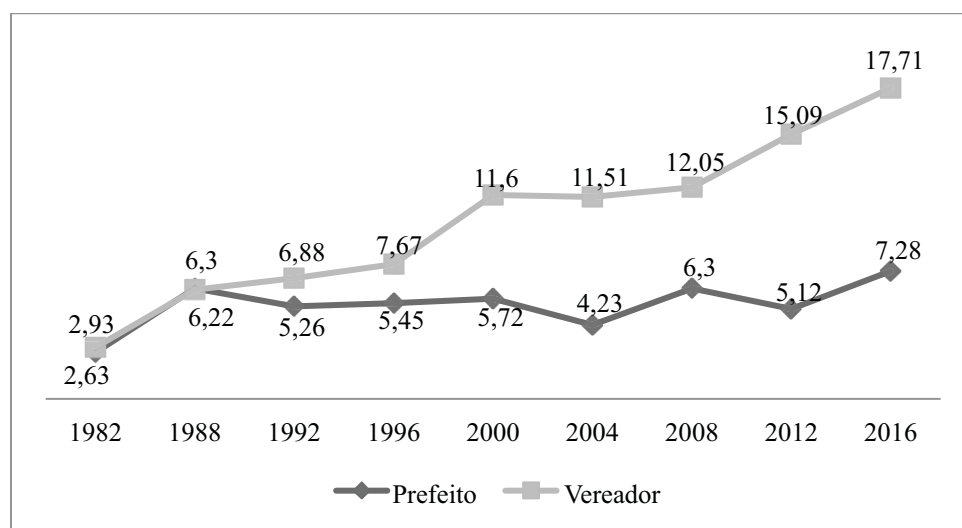
Em São Paulo, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) chamam atenção para o quadro crescente, tanto de fragmentação partidária, quanto de competição eleitoral. Para os autores, estes processos ganharam força a partir de meados dos anos 1990, por conta da elevação dos índices de volatilidade e pelo crescente número de partidos parlamentares (de 7, em 1986, para 15, em 2010) – valores acima dos indicadores nacionais. Ao olharmos para as eleições locais do estado, o quadro é de um crescimento acentuado no NEP<sup>14</sup> – ou seja, ao longo das últimas décadas, a tendência observada foi de acentuação da fragmentação partidária também em nível local.

<sup>14</sup> O cálculo do NEP é feito a partir da soma das porcentagens de votos obtidos por cada partido, em determinada eleição e cargo. As frações, então, são elevadas ao quadrado e, depois, somadas. Divide-se o número 1 por essa soma (1/soma). Obtém-se um índice onde zero significa baixa fragmentação partidária e valores inteiros (1, 2, 3 etc.) representam, aproximadamente, o número de partidos relevantes. O cálculo é baseado em Laakso e Taagepera (1979).

Entre 1988 e 1996, o número de partidos relevantes nas disputas municipais paulistas girou em torno de 5 a 7<sup>15</sup>, tanto nas majoritárias quanto nas proporcionais (Gráfico 9). O *boom* na criação de novas legendas neste período (Fleischer, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008), portanto, não impactou significativamente no sistema partidário paulista. Contudo, a partir de 2000, a tendência ao aumento da fragmentação nos pleitos proporcionais (Braga e Kinzo, 2007) chegou ao nível local: as disputas para os cargos de vereador passaram a apresentar acima de 10 partidos relevantes, de todos os pontos do espectro ideológico. Este quadro passa a se acentuar ao longo do tempo, atingindo 17 partidos efetivos em 2016, o maior número da série histórica.

Já as eleições para as prefeituras mantiveram valores semelhantes, ainda que crescentes – cerca de 7,3 partidos foram relevantes em 2016. Entre 1982 e 1992, este número cresceu de 2,6 para cerca de 6 partidos – dentre os conservadores, destacavam-se PDS/PP, PTB e PFL/DEM. PMDB e PT também se incluíam neste grupo de partidos efetivos. Depois de 1992, o PSDB se tornou parte dos partidos mais relevantes, ocupando o lugar do PFL/DEM e disputando diretamente com o PT as maiores parcelas de votos. A partir dos anos 2000, os casos de PDS/PP e PFL/DEM, acompanhando outros dados já apresentados aqui, reforçam o argumento acerca da perda de espaço das duas maiores legendas de direita: ambos deixam de ser considerados efetivos, sendo substituídos, a depender da eleição, por PSB, PDT, PRB e PSB. No pleito de 2016, apenas o PTB permaneceu como relevante, dentro dos partidos aqui selecionados. Nesse sentido, as informações relativas ao NEP apontam que, ainda que a fragmentação nas majoritárias não tenha ampliado tanto, os partidos conservadores perderam quantidades significativas de votos ao longo do tempo.

**Gráfico 8. NEP nas eleições para prefeito e vereador nos municípios paulistas (1982-2016)**



**Fontes:** Elaboração do autor a partir de dados do TSE, Fundação SEADE e IPEA-Data.

<sup>15</sup> No cálculo do NEP das eleições para vereador de 1988 e 1992, foram utilizadas apenas as votações de vereadores eleitos, por indisponibilidade de outras bases de dados mais completas.



## 2.2) Contextos socioeconômico e institucional e os partidos políticos em São Paulo

Nesta seção, apresentamos algumas perspectivas de análise da relação entre o ambiente eleitoral paulista e a diminuição do espaço político dos partidos conservadores, dos pontos de vista contextual e institucional. A hipótese que nos guia é a de que os partidos conservadores possuem suas principais bases sociais e eleitorais nos municípios menores e de estrutura rural/agrícola, seguindo argumento da literatura (Soares, 1973; 1988; Faria, 1975; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010; 2011). Ao mesmo tempo, serão demonstradas algumas evidências a respeito do espaço que o PSDB tem assumido no estado desde os anos 1990, como forma de apontar o crescimento deste partido em locais onde os partidos conservadores eram, até então, predominantes. Além do PSDB, o PMDB também será colocado em perspectiva, por conta de sua trajetória bem-sucedida no estado (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Alguns dados socioeconômicos e de votação foram correlacionados, de modo a realizarem uma aproximação com a abordagem analítica aqui proposta<sup>16</sup>.

Como argumentam Montero (2010), Soares (1988) e Faria (1975), a dimensão urbano-rural sempre foi uma linha importante de clivagem na política brasileira. Nas últimas décadas, o Brasil – e em especial o estado de São Paulo – caminhou de maneira constante rumo à urbanização, atingindo taxas superiores a 95% em boa parte do território. Nesse sentido, a variável “urbanização” tem passado por diversas significações no debate político recente.

Desde os anos finais do regime militar até meados dos anos 1990, os desempenhos eleitorais dos partidos conservadores estiveram bastante associados a um determinado perfil de município, em São Paulo. Como aponta a Tabela 2, as maiores votações desses partidos se concentravam nos municípios com menores taxas de população vivendo nas zonas urbanas: quanto maior a taxa de população urbana, menos votos os partidos conservadores recebiam. Esta correlação apresenta índices estatisticamente significantes e maiores nos cargos de vereador. No entanto, as votações para prefeito também apresentam valores estatisticamente significantes e que apontam para o mesmo sentido: uma relação inversa com os índices de população urbana. A tendência à obtenção de melhores desempenhos nos municípios com maior população rural, em ambos os cargos, se mantém até o pleito de 1996, de maneira mais acentuada. A partir do ano 2000, esta correlação perde força – voltando a apresentar alguma significância apenas em 2012, nas votações do DEM.

---

<sup>16</sup> As tabelas com as correlações de Pearson (Tabelas de 2 a 6) utilizaram diferentes ondas do Censo-IBGE, para sua elaboração. Para as correlações de População Urbana, PEA Agrícola e PEA Indústria com as votações, aplicam-se as seguintes referências: nos pleitos de 1976 e 1982, aderiu-se ao Censo de 1980; para 1988 e 1992, o Censo de 1991; para 1996, 2000 e 2004, a base foi o Censo de 2000; e para as eleições de 2008, 2012 e 2016, utilizaram-se os Censos de 2010 (População Urbana) e de 2008 (PEA Agrícola e Industrial). Para a Taxa de Analfabetismo, seguiu-se a mesma lógica - com exceção das votações de 1982 e 1988, que se basearam no Censo de 1991, por não estar disponível esta variável no Censo de 1980.

**Tabela 2. Correlações de Pearson: Votações dos partidos x População Urbana (%) (1980, 1990, 2000 e 2010)**

| Partido | Cargo    | 1976    | 1982    | 1988    | 1992    | 1996    | 2000    | 2004    | 2008    | 2012    | 2016    |
|---------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| ARENA   | Prefeito | -,274** | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       |
|         | Vereador | -,422** | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       |
| PDS/PP  | Prefeito | -       | -,495** | -,209** | -,485** | -       | -       | -       | -       | -       | -       |
|         | Vereador | -       | -,512** | -,262** | -,356** | -,268** | -       | -       | -       | -       | -       |
| PTB     | Prefeito | -       | -       | -,126*  | -,322** | -,209*  | -       | -       | -       | -,166*  | -       |
|         | Vereador | -       | -,386** | -,245** | -,290** | -,362** | -,116** | -,107** | -,111** | -       | -,109** |
| PFL/DEM | Prefeito | -       | -       | -,299** | -,333** | -,300** | -,086*  | -,172** | -,078*  | -,260** | -       |
|         | Vereador | -       | -       | -,365** | -,387** | -,364** | -,173** | -,162** | -,114** | -,236** | -       |
| PL/PR   | Prefeito | -       | -       | -,220** | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -,110** |
|         | Vereador | -       | -       | -,337** | -,298** | -,299** | ,100*   | -       | -       | -,162** | -,098*  |
| PSD     | Prefeito | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       |
|         | Vereador | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -       | -,164** | -,109** |

Fontes: IPEA-Data, Seade, TSE e IBGE. \*\* Correlações significativas a 99% (2-tailed). \* Correlações significativas a 95% (2-tailed).

A Tabela 3 reforça as considerações trazidas acima. Desta vez, analisamos as associações entre votações e PEA Agrícola – taxa de população empregada no setor agrícola. Muito se argumenta de que a PEA Agrícola, não representaria uma população de fato “rural” – pois a produção no campo tem sido cada vez mais mecanizada, ou com trabalhadores que não moram na zona rural. Mas podemos considerar este índice como uma forma de apontar, ainda que no geral, como se dá o desempenho dos partidos conservadores em contextos mais próximos aos ambientes rurais. Testes e considerações semelhantes, a respeito da política em locais rurais, já foram feitos anteriormente (Soares, 1973; Reis, 1988; Kerbauy, 2000; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010).

Nos primeiros anos da redemocratização, a associação entre votações e população empregada no setor agrícola se mostrou estatisticamente significante, com índices superiores a 0,3 (em sua maioria). Novamente, o caso do PDS se destacou – tanto nas prefeituras quanto nas câmaras. Nessa eleição, em particular, todos os partidos apresentaram votações correlacionadas, significativamente, com a PEA Agrícola.

Ao observamos as correlações entre as votações e a PEA Indústria, novamente temos pontos importantes (Tabela 4). Os desempenhos eleitorais dos partidos conservadores são inversamente proporcionais à taxa de população empregada na indústria, sobretudo entre os anos de 1982 e 1992. Ou seja, esses partidos se saem melhor em contextos cujas características são menos “urbanas” – população empregada no setor agrícola ou de serviços, por exemplo. Após 1996, seguindo a mesma tendência da correlação com a PEA Agrícola, os dados perdem poder de associação.

**Tabela 3. Correlações de Pearson: Votações dos partidos x PEA Agrícola (%)**

| Partido | Cargo | 1982   | 1988   | 1992   | 1996   | 2000   | 2004   | 2008  | 2012   | 2016   |
|---------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|
| PDS/PP  | Pref. | ,504** | ,412** | ,197*  | -      | -      | ,099*  | -     | ,270*  | ,124** |
|         | Ver.  | ,507** | ,354** | -      | -      | ,099*  | ,130** | -     | ,157** | -      |
| PTB     | Pref. | -      | ,217** | -      | -      | -      | -      | ,084* | -      | -      |
|         | Ver.  | ,487** | ,329** | -      | -      | -      | ,106** | -     | -      | -      |
| PFL/DEM | Pref. | -      | ,387** | -      | -      | ,086*  | -      | -     | -      | -      |
|         | Ver.  | -      | ,377** | -      | -      | ,155** | -      | -     | ,121** | -      |
| PR      | Pref. | -      | ,386** | -      | -      | -      | -      | -     | -      | -      |
|         | Ver.  | -      | ,345** | ,351** | ,393** | -,092* | -      | -     | ,217** | -      |
| PSD     | Pref. | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -     | -      | -      |
|         | Ver.  | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -     | ,114** | -      |

Fontes: IPEA-Data, Seade, TSE e IBGE. \*\* Correlações significativas a 99% (2-tailed). \* Correlações significativas a 95% (2-tailed).

**Tabela 4. Correlações de Pearson: Votações dos partidos x PEA Indústria (%)**

| Partido | Cargo | 1982    | 1988    | 1992    | 1996    | 2000   | 2004   | 2008 | 2012    | 2016 |
|---------|-------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|------|---------|------|
| PDS/PP  | Pref. | -,476** | -,405** | -,330** | -       | -      | -      | -    | -       | -    |
|         | Ver.  | -,452** | -,292** | ,134*   | -,211** | -,087* | -,097* | -    | -       | -    |
| PTB     | Pref. | -       | -,177** | -,228*  | -       | -      | -,084* | -    | -       | -    |
|         | Ver.  | -,328*  | -,260** | -       | -,128*  | -      | -      | -    | -       | -    |
| PFL/DEM | Pref. | -       | -,373** | -,352** | -       | -      | -      | -    | -       | -    |
|         | Ver.  | -       | -,359** | ,103*   | -,221** | -,101* | -,102* | -    | -,098*  | -    |
| PR      | Pref. | -       | -,388** | -       | -       | -      | -      | -    | -       | -    |
|         | Ver.  | -       | -,335** | -       | -,221** | -      | -      | -    | -,180** | -    |
| PSD     | Pref. | -       | -       | -       | -       | -      | -      | -    | -       | -    |
|         | Ver.  | -       | -       | -       | -       | -      | -      | -    | -       | -    |

Fontes: IPEA-Data, Seade, TSE e IBGE. \*\* Correlações significativas a 99% (2-tailed). \* Correlações significativas a 95% (2-tailed).

A Tabela 5 apresenta mais um índice que nos permite aferir o contexto em que se estabelecem os partidos conservadores no estado de São Paulo. As correlações entre taxa de analfabetismo e votação indicam que os municípios cuja população apresenta elevados índices de analfabetismo são as principais bases de suporte eleitoral a estes partidos. Em ambos os pleitos, este processo ocorre – com certo destaque nas eleições para vereador. Para quase todos os partidos, os índices são superiores a 0,3 (significantes estatisticamente), o que reforça o argumento de que é em contextos de maiores disparidades socioeconômicas que os partidos conservadores se saem melhor (Soares, 1973; Reis, 1988; Avelar e Walter, 2008; Montero, 2010).

De modo geral, as correlações (Tabelas 2 a 5) deixam evidente um processo de transformação na dinâmica partidária e eleitoral: de 1976 até 1996, a política paulista se estabelece em territórios específicos, seguindo clivagens e tendências tradicionalmente apontadas pela literatura. Utilizando os mesmos dados socioeconômicos, mas associados às votações para

governador e deputado federal, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) também encontram correlações entre voto e contexto no estado de São Paulo.

**Tabela 5. Taxa de Analfabetismo (%) (1991, 2000 e 2010)**

| Partido | Cargo    | 1982   | 1988   | 1992   | 1996   | 2000    | 2004   | 2008   | 2012   | 2016   |
|---------|----------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|
| PDS/PP  | Prefeito | ,440** | ,282** | ,431** | ,198*  | -       | ,084*  | -      | -      | -      |
|         | Vereador | ,432** | ,276** | ,321** | ,291** | ,116**  | ,094*  | -      | ,109*  | -      |
| PTB     | Prefeito | -      | -      | ,284** | ,268** | -       | -      | ,089*  | ,235** | -      |
|         | Vereador | ,325*  | ,260** | ,328** | ,331** | ,105**  | ,139** | ,125** | ,129** | ,113** |
| PFL/DEM | Prefeito | -      | ,309** | ,323** | ,373** | ,136**  | ,097*  | -      | ,367** | -      |
|         | Vereador | -      | ,331** | ,315** | ,323** | ,226**  | ,190** | ,139** | ,254** | ,190** |
| PL/PR   | Prefeito | -      | -      | -      | ,424** | -       | -      | -      | ,254*  | -      |
|         | Vereador | -      | ,331** | ,371** | ,386** | -,149** | -      | -      | ,151** | -      |
| PSD     | Prefeito | -      | -      | -      | -      | -       | -      | -      | -      | -      |
|         | Vereador | -      | -      | -      | -      | -       | -      | -      | ,190** | -      |

**Fontes:** IPEA-Data, Seade, TSE e IBGE. \*\* Correlações significativas a 99% (2-tailed). \* Correlações significativas a 95% (2-tailed).

Os partidos conservadores, durante esses 20 anos, tendiam a se concentrar fortemente em municípios rurais, com boa parte da população empregada no setor agrícola e com menor acesso à educação formal. Além disso, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) encontram que estes partidos possuem bases mais consolidadas quanto menor for o município.

Após 1996, este cenário se altera fortemente. Nas eleições nacionais em São Paulo, as associações entre as votações partidárias e as variáveis socioeconômicas vão perdendo força a partir dos anos 2000, “traduzindo o espalhamento das preferências políticas no estado, antes mais associadas a indicadores socioeconômicos específicos” (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012, p. 140). Alguns partidos, como o PFL/DEM e o PL/PR mantêm algum grau de presença em contextos específicos – menos urbanizados e industrializados. Já o PSD tem apresentado certo enraizamento em cidades rurais e com maiores taxas de analfabetismo, mas apenas entre as eleições legislativas.

A Tabela 6 apresenta as correlações para o PSDB e o PMDB, que como argumentado anteriormente, são organizações bastante fortes eleitoralmente no estado. No caso do PSDB, por apresentar discursos e pautas políticas típicas da direita e da centro-direita (sobretudo a questão do livre mercado e da segurança pública), acreditamos que se trata de um partido capaz de ocupar os espaços deixados pelos conservadores. Os dados revelam que, assim como para os demais partidos, as correlações do PSDB vão perdendo força a partir de 1996. Contudo, é notável também que o partido apresenta associações significativas (e no mesmo sentido) em perfis de municípios iguais aos dos partidos conservadores: ambientes menos urbanizados e industrializados, com as maiores taxas de analfabetismo. Isso se dá inclusive no pós-1996, com maior destaque nas eleições legislativas. Trata-se de uma informação que reforça o argumento de que o partido tem se

estabelecido em um terreno político tradicionalmente ocupado pela direita. Como demonstrou Fernandes (2017) o PSDB é o partido que apresenta tanto as maiores taxas de lançamento de candidatos quanto de sucesso eleitoral. Assim, o partido consegue se estabelecer em diferentes contextos do estado, inclusive entre aqueles de perfil tradicionalmente atrelado a partidos de direita.

**Tabela 6. Correlações de Pearson entre variáveis contextuais e votações do PSDB e do PMDB em São Paulo (1988 - 2016)**

|                                  | Cargo    | 1982    | 1988    | 1992    | 1996    | 2000    | 2004    | 2008    | 2012    | 2016    |
|----------------------------------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>População Urbana (%)</b>      |          |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| PSDB                             | Prefeito | -       | -       | -,337** | -,272** | -       | -       | -,113** | -       | -       |
|                                  | Vereador | -       | -       | -,318** | -,377** | -,218** | -,197** | -,164** | -,174** | -,123** |
| PMDB                             | Prefeito | ,229**  | -,259** | -,368** | -,369** | -,148** | -       | -       | -,152*  | -       |
|                                  | Vereador | -       | -,330** | -,386** | -,378** | -,189** | -,182** | -,095*  | -,091*  | -,095*  |
| <b>PEA Agrícola (%)</b>          |          |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| PSDB                             | Prefeito | -       | -       | -       | ,133*   | -       | -       | -       | ,136**  | -       |
|                                  | Vereador | -       | -       | ,136*   | ,105*   | -,116** | ,110**  | ,098*   | ,105**  | ,102**  |
| PMDB                             | Prefeito | -,232** | ,344**  | ,436**  | ,376**  | ,146**  | ,086*   | -       | ,212**  | ,100*   |
|                                  | Vereador | -       | ,389**  | ,447**  | ,412**  | ,231**  | ,213**  | ,158**  | ,141**  | ,199**  |
| <b>PEA Indústria (%)</b>         |          |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| PSDB                             | Prefeito | -       | -       | -,229** | -,192** | -       | -       | -       | -       | -       |
|                                  | Vereador | -       | -       | -,239** | -,216** | -,140** | -,096*  | -,099*  | -,144** | -,107** |
| PMDB                             | Prefeito | ,220**  | -,317** | -,373** | -,314** | -,121** | -       | -       | -,176*  | -,088*  |
|                                  | Vereador | -       | -,376** | -,418** | -,349** | -,212** | -,179** | -,137** | -,106*  | -,171** |
| <b>Taxa de Analfabetismo (%)</b> |          |         |         |         |         |         |         |         |         |         |
| PSDB                             | Prefeito | -       | -       | ,325**  | ,272**  | -       | -       | -       | ,149**  | -       |
|                                  | Vereador | -       | -       | ,360**  | ,352**  | ,238**  | ,162**  | ,200**  | ,186**  | ,133**  |
| PMDB                             | Prefeito | -,204** | ,233**  | ,313**  | ,270**  | ,083*   | -       | -       | ,139*   | -       |
|                                  | Vereador | -       | ,258**  | ,349**  | ,293**  | ,107*   | ,137**  | -       | ,087*   | -       |

**Fontes:** IPEA-Data, Seade, TSE e IBGE. \*\* Correlações significativas a 99% (2-tailed). \* Correlações significativas a 95% (2-tailed).

Os dados sobre o PMDB sugerem um quadro semelhante, ainda que com menor significância estatística. O partido tem se estabelecido principalmente em municípios com altas taxas de PEA Agrícola, ao mesmo tempo em que perde força nas cidades com PEA Indústria. Nesse sentido, é uma legenda que também tem competido com os conservadores por espaços semelhantes, desde os anos 1980 até o último pleito em 2016.

As correlações das Tabelas 2 a 6 chamam atenção para o declínio das variáveis contextuais e das clivagens clássicas, como formas de explicação do voto em nível local. Padrões de competição a partir de clivagens como rural-urbano, governo-oposição ou de classe, não tem sido suficientes para compreender o comportamento do eleitorado nos municípios paulistas – pelo menos não na mesma intensidade e clareza em que se estabeleciam nos anos 1970 e 1980, de acordo com a literatura (Soares, 1973; 1988; Faria, 1975; Reis, 1988). A associação entre voto e mundo do

trabalho foi perdendo força a partir dos anos 1990, como consequência de fatores como: industrialização e urbanização dentre os pequenos municípios do interior, mecanização do campo e novas formas de comunicação. Isso trouxe novas formas de estruturação do voto, que não mais dependiam da relação entre os indivíduos e o contexto de trabalho em que se inseriam<sup>17</sup>.

### **3) Conclusão: partidos conservadores e o cenário paulista**

Em termos organizacionais, este trabalho mostrou que DEM e PP são os partidos que tem apresentado maior declínio na participação em pleitos locais. São os dois partidos que encabeçam as crises pelas quais o bloco da direita passou desde fins dos anos 1990 (Fleischer, 2007; Montero, 2010; Krause et. al., 2016). O caso do PP é mais crítico, visto que sua queda é praticamente constante desde os anos 1990. No contexto paulista, um fator explicativo importante e que poderia ser aprofundado em futuros estudos é a diminuição da influência do malufismo, que já ocorre desde os anos 2000 (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Outro fator explicativo possível foi que o partido se manteve na oposição e polarizando as disputas para o governo estadual desde 1986, aproximando-se da base governista do PSDB apenas em momentos pontuais (Sandes-Freitas, 2015). Assim, ao mesmo tempo em que seu maior representante perdia força política, o PP não conseguiu acessar cargos e recursos fundamentais para sua manutenção enquanto organização no nível estadual, enfraquecendo sua capilaridade nos municípios paulistas ao longo do tempo.

Em relação ao DEM, dada a força que o partido detinha em fins dos anos 1980, o quadro atual conferiu-lhe uma diminuição em sua representatividade local. A saída da coalizão do PSDB, com o fim do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é apontada como uma das principais causas das crises vividas pelo partido desde então (Ribeiro, 2014). Além disso, sua refundação em 2007 e a migração de seus quadros para o PSD após 2011 também podem ser apontadas como causas para o enxugamento do partido. Porém em 2016, a legenda voltou a crescer em ambos os pleitos, em um contexto de ampliação de pautas mais conservadoras no debate político nacional. Até o momento, é impossível prever se este dado integrará uma tendência nas próximas eleições. O fato é que, desde o ano passado, o partido conseguiu “estancar” sua crise eleitoral.

Os casos de PR e PTB merecem ser observados, pois ambos conseguiram se manter estáveis tanto no lançamento das candidaturas quanto nas vitórias obtidas. O PTB chama mais atenção, pois obteve índices elevados tanto de candidatos quanto de votações e cadeiras conquistadas. Alguns autores apontavam para a baixa presença organizacional do partido (Kinzo, 1993; Meneguello e

---

<sup>17</sup> Como mostra Meneguello (2014), esses indicadores ainda se mostram importantes para entender o voto dos pequenos partidos no estado, tanto à esquerda quanto à direita, em algumas eleições. Mas a autora observa que isso se dá em condições que respondem à organização da política e de lideranças locais em contextos específicos. Os dados dos pequenos partidos indicaram o mesmo cenário que aqui se desenha para os conservadores: associações significativas até o fim dos anos 1990 e depois perdem força, voltando a ter significância em 2012.

Bizzarro Neto, 2012), o que torna os dados aqui encontrados um ponto de discussão e aprofundamento acerca de suas implicações para a dinâmica interna do partido.

Dos cinco partidos selecionados, o PSD é o mais novo deles, surgindo no ano de 2011, em meio à reacomodação de elites políticas do centro e da direita (Krause et. al., 2016). Além de ampliar consideravelmente o número de candidatos a prefeito e a vereador, o partido conseguiu repercutir esses índices nas cadeiras conquistadas, tornando-se o partido que mais elegeu políticos dentre as legendas aqui analisadas, ao lado do PTB. O PSD tem se mostrado como uma das legendas capazes de herdar o eleitorado que é mais tradicionalmente associado aos partidos conservadores – pequenos municípios com características rurais (Fernandes, 2017). Algumas correlações reforçam este argumento, sobretudo nas eleições para as câmaras. Além disso, o partido tem ampliado sua presença nas coalizões de governo e no Congresso, convertendo-se em uma organização relevante no cenário nacional.

De modo geral, o cenário que se desenha para os conservadores em São Paulo é de uma diversidade de tendências quanto à capacidade de lançarem candidatos ao Executivo. Isso porque se o PP tem encolhido, PTB, DEM, PR e PSD se mostram como atores relevantes no processo e/ou com propensões ao crescimento eleitoral. Já no Legislativo, o quadro é mais homogêneo, uma vez que apenas o PSD e PTB tem se destacado e conseguido ampliar sua oferta de candidatos e, conseqüentemente, eleger mais representantes.

Em relação ao contexto socioeconômico, os dados mostraram que, entre 1976 – quando os conservadores estavam representados pela ARENA - e 1996, as correlações são estatisticamente significantes e relativamente altas, comprovando nossa hipótese inicial. As votações desses partidos, no período, estavam bastante atreladas a municípios mais carentes e ruralizados - conformando as bases sociais e eleitorais dessas agremiações. Após 1996, refletindo um quadro de relativa estabilidade da competição e de ampliação dos partidos pelo território (Braga, 2006), as correlações passaram a ser insignificantes ou até mesmo inexistentes. Este “espalhamento das preferências” em São Paulo (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012) está diretamente ligado à perda de espaço dos partidos conservadores em seus redutos tradicionais, seja por fatores organizacionais ou da competição eleitoral em si, como argumentado anteriormente.

Segundo Canclini (2002), a caracterização sócio-demográfica dos espaços urbanos, sofreu diversas transformações, principalmente a partir de meados do século XX. Dentre elas, as mídias e os meios de comunicação de massa passaram a transmitir novas formas de interação. Ao mesmo tempo em que estabelecem pontos em comum entre os habitantes da cidade, estes novos meios conectam os indivíduos a outros contextos, por vezes diferentes daqueles que o cercam física e geograficamente. As novas mídias ajudam a criar uma sociabilidade que relaciona as comunidades



virtuais de consumidores midiáticos a partir de diferentes lugares. Tais comunidades substituíram, então, lugares tradicionais de socialização pelos não-lugares das redes digitais. Pode-se dizer que o exemplo atual disso é a *internet* e o contato com diversas redes sociais que ela permite.

Esses novos meios de comunicação, especialmente a partir da *internet*, trazem novas formas de estruturação do voto. A comunicação com pessoas e redes sociais que podem se situar em outras cidades, países ou até mesmo continentes, permitem aos cidadãos o contato com ideias e ideologias que não seriam acessadas em lugares e formatos tradicionais. Ainda que não tenhamos testado empiricamente, podemos sugerir que o acesso à pluralidade de formas de pensar e agir via *internet* traz novas maneiras de o indivíduo estabelecer suas preferências políticas e votar.

É em meio a este cenário, portanto, que os partidos tem se inserido - onde a representação e a participação vem se dando para além da esfera partidária. Os meios de comunicação de massa, segundo Manin (2013), possuem influência significativa sobre a representação política nas democracias contemporâneas, levando os partidos a se adaptarem e incorporarem estes instrumentos em suas ações. O caso paulista, como os dados indicaram, acolheu de forma ampla a entrada dessas mídias em sua dinâmica política municipal – na medida em que o espalhamento de preferências não mais estrutura o voto a partir de clivagens tradicionais e de um contexto geográfico dado.

Os dados sugerem que os partidos conservadores sentiram significativamente este espalhamento, perdendo terrenos políticos tradicionais. O interior paulista, além de fortemente conectado às tecnologias, abriga um campo industrial e mecanizado vasto (Moreira e Melazzo, 2015). Isso gera, então, novas formas de socialização e de relacionamento entre os indivíduos e o mundo da política. Novos e pequenos partidos, e também tradicionais como PMDB e PSDB, parecem se adaptar melhor a essas dinâmicas locais, em relação aos conservadores aqui estudados.

#### **Referências bibliográficas:**

ARAÚJO, B. As eleições de 1978 em São Paulo. In: **As eleições nacionais de 1978**. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.

AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T.. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008.

BABIRESKI, F. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.3, n.6, pp. 1-16, 2016.

BIZZARRO NETO, F. A.. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Campinas, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 2013.

BRAGA, M. S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

\_\_\_\_\_.; KINZO, M. D. Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais. In: BRAGA, M. S. S.; KINZO, M. D. G. (orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

\_\_\_\_\_.; PIMENTEL JR., J. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, 2: 13-36, 2013.

- CANCLINI, N. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, vol. 8, n. 1, pp. 40-53, 2002.
- CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, pp. 255-295, 2014.
- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M.. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- DANTAS, H. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 2, pp. 127-145, 2013.
- \_\_\_\_\_.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer. S. Paulo: EdUNESP, 2010.
- FARIA, V. E. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, pp. 205-242, 1975.
- FERNANDES, J. L. M. **Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2017.
- FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Opinião Pública**, vol. 14, n. 2, pp. 432-453, 2008.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- KERBAUY, M. T. M. **A Morte dos Coronéis**. Araraquara: FCL/Unesp/Cultura Acadêmica, 2000.
- \_\_\_\_\_. O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- \_\_\_\_\_.; ASSUMPÇÃO, R. Análisis Organizacional del Partido de la Democracia Social Brasileña em el Estado de San Pablo (1988-2006). **América Latina Hoy**, 62, pp. 79-101, 2012.
- KINZO, M. D. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB**. São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. Radiografia do quadro partidário brasileiro. **Pesquisas**, n. 1. São Paulo: Konrad-Adenauer, 1993.
- KRAUSE, S.; FERREIRA, D. P.; RIBEIRO, P. F.; MELO, P. V. Fragmentação das eleições locais e o surgimento de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R.. “Effective” number of parties: A measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, pp. 3-27, 1979.
- MADEIRA, R.; TAROUCO, G. A “direita envergonhada” no Brasil. **V Congresso Latinoamericano de Ciência Política**, Buenos Aires, 2010.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, pp. 115-127, 2013.
- MENEGUELLO, R. Contexto e padrões de votação. **XII Congresso da BRASA**. London, 2014.
- MENEGUELLO, R.; BIZZARRO NETO, Fernando. Contexto e Competição na Política Paulista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 55, n. 1, 2012.
- MONTERO, A. Trading Spaces: The Endogenous Dynamics of Subnational Authoritarianism in Brazil. **The 2010 Congress of the Latin American Studies Association**, Toronto, Canada October 6-9, 2010.

- MOREIRA, A.; MELAZZO, E. S. Os fluxos de investimentos industriais na produção do território do estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: EdUNESP Digital, 2015.
- PEIXOTO, V. M.; GOULART, N. L. M. Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996-2012). **Teoria e Pesquisa**, vol. 23, n. 2, pp. 41-63, 2014.
- POWER, T. **The political right in postauthoritarian Brazil**. University Park: Pennsylvania State UP, 2000.
- \_\_\_\_\_. Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. (eds). **Democratic Brazil Revisited**. University of Pittsburgh, 2008.
- \_\_\_\_\_.; ZUCCO JR. (orgs). **O Congresso por ele mesmo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- RIBEIRO, R. L. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, pp. 5-37, 2014.
- REIS, E. P. Mudança e continuidade na política rural brasileira. **Dados**, v. 31, n. 2, pp. 205-218, 1988.
- SADEK, M. T.. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, M.T. (Org.). **Eleições 1986**. São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.
- SANDES-FREITAS, V. E. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2015.
- SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1973.
- \_\_\_\_\_. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In: FLEISCHER, D. (org). **Da distensão à abertura: as eleições de 82**. Brasília: UnB, 1988.
- SOUZA, M.C.C.. The Contemporary Faces of the Brazilian Right. In: CHALMERS, D.; SOUZA, M. C. C.; BORON, A. (orgs). **The Right and Democracy in Latin America**. New York: Praeger, 1992.
- VASQUEZ, V. **Ao vencedor, a prefeitura: competição em eleições municipais (1996-2012)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 2016.